



MARIA BEATRIZ COSTA ABRAMIDES*

A Comissão Editorial da Revista *Temporalis* apresenta nessa edição uma entrevista realizada com a Profa. Dra. Maria Beatriz Abramides, assistente social aposentada, professora Dra. do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista, membro do GTP ampliado de Movimentos Sociais e Serviço Social da ABEPSS, diretora da APROPUC (SP), autora de artigos e livros, o mais recente *O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro- Ruptura com o Conservadorismo*, Cortez Editora, 2019.

Agradecemos as inúmeras contribuições da Profa. Maria Beatriz Abramides não somente à essa edição, mas principalmente por seu protagonismo marcando a trajetória numa direção crítica do Serviço Social brasileiro.

Comissão Editorial *Temporalis*: É correto afirmar que o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), também conhecido como o congresso da virada em 1979 teve como injunção principal a conjuntura brasileira marcada pelo fortalecimento das lutas sociais e sindicais contra a ditadura militar de 1964? Discorra um pouco sobre as mediações necessárias para a inserção de um número significativo de assistentes sociais às estruturas de poder vigente na época.

Profa. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides: O III CBAS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido em outubro de 1979, no Anhembi em São Paulo, o conhecido e emblemático *Congresso da Virada*, de ruptura pública e coletiva com o conservadorismo, pressupõe uma análise e balanço de sua realização a partir da contextualização da conjuntura sócio-política do momento que o antecede. De 1964 a 1985, o Brasil foi marcado pela existência de uma ditadura

* Assistente social aposentada, professora Dra. do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista, membro do GTP ampliado de Movimentos Sociais e Serviço Social da ABEPSS, diretora da APROPUC (SP), autora de artigos e livros, o mais recente *O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro- Ruptura com o Conservadorismo*, publicado pela Cortez Editora, 2019.

DOI 10.22422/temporalis.2019v19n38p194-201

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

civil-militar no país, fruto de um golpe militar, assim como o ocorrido em outros países da América Latina sob o jugo do imperialismo estadunidense, em um verdadeiro estado de excessão. Esse período foi marcado por fechamento do Congresso Nacional com o Ato Institucional número 5, perseguições, cerceamentos, prisões, exílios, torturas, desaparecimentos, assassinatos de militantes operários, estudantes, profissionais, trabalhadores rurais e urbanos de muitas áreas, que lutavam contra a ditadura, por melhores condições de vida, contra o imperialismo e o capitalismo como sistema de exploração econômica e opressão social de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, na direção da luta por igualdade e liberdade, na perspectiva do projeto de emancipação humana.

No final dos anos 60 os sindicatos, associações pré-sindicais foram invadidos, cerceados, fechados, restando somente os sindicatos pelegos, que se configuraram como correia de transmissão à ideologia de Segurança Nacional do regime ditatorial. As oposições sindicais se organizavam com muita dificuldade mediante a repressão que sobre elas se abatia. Os sindicatos de assistentes sociais e associações profissionais existentes também foram cerceados, fechados e ficaram inativos a partir do final dos anos 60, com o AI-5 decretado em 13/12/1968; e a partir daí a ditadura se torna mais violenta, nos chamados anos de chumbo. A partir de 1977, já na crise da autocracia burguesa no país, mediante os índices enganosos sobre o custo de vida anunciados pelo Ministro da Economia da ditadura, Delfim Neto, inicia-se uma ampla mobilização dos operários metalúrgicos do ABC paulista, bem como o surgimento de uma articulação sindical e popular autônoma e independente que aglutinou trabalhadores de oposições sindicais operárias, entre elas o MOSMSP- Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, e de outras categorias profissionais, como bancários, gráficos, têxteis, químicos, trabalhadores rurais, em serviço público e categorias dos denominados "profissionais liberais" de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas que em sua ampla maioria se configuram como trabalhadores(as) assalariados(as) inscritos na divisão sócio-técnica do trabalho, em sua condição de assalariamento, portando parte da classe trabalhadora. Entre esses trabalhadores encontram-se as(os) assistentes sociais, psicólogos(as), enfermeiros(as), engenheiros(as), sociólogos(as), médicos(as) entre outros que retomam suas organizações sindicais e pré-sindicais, iniciam as organizações sindicais em estados que não existiam e se vinculam, desde a primeira hora, ao sindicalismo de lutas, combativo, pela base que se insurgia. Nesse contexto cria-se a Articulação Nacional dos Movimentos Sindicais e Populares (ANAMPOS) (1979 a 1983) acrescentando-se à articulação sindical os movimentos populares que se ampliavam, entre eles o de saúde na luta pelo Sistema Único de Saúde; de educação, pelo ensino público, laico, gratuito e universal; da previdência social pública; de luta por moradia, movimentos de favelas e cortiços, sem terra e sem teto na luta pela reforma agrária e urbana; movimento contra a carestia, clube de mães da periferia, movimento negro unificado, movimento feminista e de mulheres trabalhadoras, retomada do movimento estudantil. Um período de efervescência das lutas sociais com grandes mobilizações e greves operárias e de outras categorias profissionais, entre essas as de trabalhadores em serviço público, onde se inseriam e ainda se inserem majoritariamente as(os) assistentes sociais, que tiveram um papel importante na organização sindical dessas(desses) trabalhadores(as).

Na organização sindical e na formação e no exercício profissional as (os) assistentes sociais estavam articuladas(os) e em solidariedade aos movimentos populares. No âmbito da categoria de assistentes sociais, desde a primeira hora, majoritariamente nos vinculamos à ANAMPOS e ao sindicalismo classista, voltado para as lutas imediatas: em defesa do trabalho e do salário, por

políticas universais, por direitos sociais e trabalhistas e para as lutas históricas: pela democracia, anticapitalista, anti-imperialista e socialista.

As(os) assistentes sociais retomaram suas organizações sindicais, nos sindicatos por categoria, tal qual era previsto pela Legislação Sindical Vigente, desde os anos 30, na ditadura de Vargas, que se inspirou na Carta del Lavoro de Benito Mussolini, do período fascista da Itália; porém em momento algum teve uma prática sindical corporativista; ao contrário sua práxis se pautava em uma concepção sindical classista. Nesse sentido de 1977 a 1979, ano da realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais-CBAS, a organização sindical da categoria profissional de assistentes sociais passou de três entidades em 1977, respectivamente, Sindicato de Minas Gerais, APAS Bahia e Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo (APASSP), para 29 entidades sindicais, pré-sindicais em todo o país, além das oposições sindicais, em 1979, ano da realização do III CBAS. Nesse processo é importante lembrar do apoio político e financeiro do Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS), organismo acadêmico da Associação Latino Americana de Trabalho Social (ALAETS), que incentivou a pesquisa, a organização acadêmica, gremial e sindical da categoria profissional na América Latina, bem como projetos do exercício profissional nos marcos da reconceituação latino-americana dos anos 60, e da renovação da profissão nos marcos de intenção de ruptura (NETTO, 1991) que se configurou em um processo de ruptura com o conservadorismo (ABRAMIDES, 2006).

Cabe lembrar que precedendo a realização do III CBAS, as entidades sindicais, pré sindicais e oposições sindicais de assistentes sociais se reuniram para traçar seu plano de lutas e formas de organização. Nesse Encontro se discutiu e se deliberou por continuidade das lutas da categoria, entre elas a luta por salário, carga horária e trabalho dos assistentes sociais que previa número de assistentes sociais de acordo com as exigências e demandas de trabalho nos espaços sócio ocupacionais, jornada de 30 horas semanais e 10 salários mínimos de remuneração; salário igual para trabalho igual, participação no movimento sindical classista e solidariedade ativa juntamente aos movimentos e lutas populares; luta contra a estrutura sindical vigente de cunho corporativista, por uma nova estrutura sindical construída pelos trabalhadores, juntamente com a ANAMPOS na direção da construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, com a participação da grande maioria de assistentes sociais das entidades sindicais, pré-sindicais e oposições sindicais da categoria. Em relação às lutas do movimento sindical estivemos presentes e atuamos com outros sindicatos de categoria profissional, nas mobilizações, acordos e contratos coletivos de trabalhos, dos trabalhadores em serviço público, recordando que os mesmos eram proibidos de ter seus sindicatos e que somente com a constituição de 1988 os mesmos puderam construí-lo. Nesse Encontro foi fundada a Comissão Executiva das Entidades Sindicais, Pré-Sindicais e Oposições Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) para articular e coordenar as lutas da categoria bem como dar passos concretos para organizar desde a base, uma federação sindical de assistentes sociais; assim a CENEAS durou de 1979 a 1983, ocasião em que foi fundada a Associação Nacional Sindical de Assistentes Sociais (ANAS), a nossa legítima Federação, autônoma e independente do Ministério do Trabalho, que permaneceu de 1983 a 1994, ocasião em que se extingue por deliberação unânime da categoria em seu Congresso Sindical, bem como se extinguem a quase totalidade dos sindicatos da categoria para inserção nos Sindicatos de ramos de atividade econômica que rompe com a estrutura sindical corporativa, conforme deliberação da CUT em 1986.

Em relação ao III CBAS o Encontro fez uma crítica ao caráter elitista do congresso, à sua direção tecnocrático-conservadora que era hegemônica na profissão, no conjunto do Conselho Federal

e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS) a partir de 1993 denominados Conselho Federal e Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS) que foi renovado e democratizado nesse processo, assumindo uma direção nos marcos de ruptura com o conservadorismo; repúdio ao convite realizado pelas direções desses conselhos à representantes do governo ditatorial para estarem presentes nas mesas de abertura e encerramento do III CBAS. Nesse período as(os) assistentes lutavam em suas organizações sindicais, em que o trabalho profissional de intenção de ruptura já era debatido e apoiado no âmbito sindical, APAS, Sindicatos, CENEAS e ANAS; na formação profissional pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e a partir de 1998, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e gradativamente pelos CRAS que estavam sendo disputados e ganhos pelo setor combativo. Basta lembrar que o Currículo de 1982 rompe com a visão tradicionalista e tecnocrata da profissão, embora ainda com lacunas que foram superadas em 1996 com as diretrizes curriculares da ABEPSS, assim como o Código de Ética de 1986 rompe com o neotomismo e visão abstrata de homem embora seu salto ontológico filosófico se realize com o Código de Ética de 1993.

Importante registrar que até o final dos anos 70, a formação profissional era basicamente conservadora e tecnicista bem como a representação do Conjunto CFAS/CRAS ainda vinculada à estrutura de poder governamental nas várias esferas estatais; o que levou-os a convidar os representantes da ditadura para estarem presentes no III CBAS. Sob a direção da CENEAS e entidades sindicais, com a adesão de profissionais vinculados à ABESS, assistentes sociais que já desenvolviam práxis profissional voltadas às reivindicações e direitos sociais(saúde, habitação, previdência e assistência social) e estudantes, a partir de assembleias diárias conseguiram dar outro rumo ao CBAS, o conhecido *Congresso da Virada* que se encerrou com a presença de trabalhadores, representantes de movimentos sindicais e populares, movimento de anistia com uma homenagem a todos que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas, na mesa de encerramento. As(os) assistentes sociais se reconheceram como parte da classe trabalhadora, em sua condição de assalariamento, o que foi possível em uma conjuntura de ascenso da luta de classes em que as entidades sindicais estiveram coladas à luta mais geral da classe trabalhadora.

Comissão Editorial Temporalis: Quais as relações possíveis entre submissão e resistência da população brasileira às estruturas de exploração e opressão no final de 1970 e hoje?

Porfa. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides: As estruturas de exploração e opressão são constitutivas do capitalismo, neste sentido a dominação de classe permanece a mesma, ampliando seu grau de exploração e opressão, a partir da crise estrutural metabólica do capital no plano internacional, que desenvolve sua estratégia com a programática neoliberal para os países da América Latina a partir nos anos 90. Cabe ressaltar que no final dos anos 70 vivíamos um intenso processo de luta de classes no país, em que a classe trabalhadora surgia em cena de forma aguerrida, em uma concepção e prática sindical classista, que buscava unidade na ação na luta contra a ditadura, o capitalismo e o imperialismo. O ascenso das lutas operárias e de trabalhadores de diversas categorias da cidade e do campo avançava por meio da ação direta com greves massivas deflagradas nos anos de 1978 e 1979 com ampla organização dos trabalhadores desde os locais de trabalho, com assembleias representativas que impulsionavam a organização e faziam avançar a consciência de classe, fundando em 1983 a CUT, em que as organizações sindicais de assistentes sociais participaram ativamente de sua construção compondo ainda suas direções regionais, estadual e nacional.

Importante lembrar que desde os anos 90, com o Governo de Fernando Henrique Cardoso, implanta-se o neoliberalismo no Brasil, com as contrarreformas do Estado, do ensino superior, trabalhista, sindical, e previdenciária. O neoliberalismo é a resposta do capital à sua própria crise na esfera do Estado, transformando-o em *mínimo* para os trabalhadores e *máximo* para o capital, ampliando as privatizações em um processo desenfreado de financeirização da economia. De outro lado no mundo do trabalho há um processo de reestruturação produtiva para o capital recuperar suas taxas de lucro, pela *acumulação flexível* (Harvey, 1995) recaindo o ônus dessa crise sobre os trabalhadores com: desregulamentação das relações de trabalho, ampliação do desemprego estrutural, quebra de direitos sociais e trabalhistas, terceirização, trabalho precário, temporário, parcial, contrato por pessoa jurídica, redução drástica de contratos de trabalho regulamentados, o que coloca a classe trabalhadora no processo de lutas defensivas, diferentemente de períodos anteriores de lutas de ampliação de direitos. Em que pese nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff do PT, sob a égide de um socialdesenvolvimentismo, a implantação de programas sociais, os mesmos estiveram desvinculados de programas estruturantes como os de emprego, não se alterando a lógica do domínio do capital. O neoliberalismo permaneceu em vigor desde os anos 90 e o sindicalismo combativo da CUT, do final dos anos 70 aos anos 80, se tornou arrefecido nos anos 90, com uma política de negociação com o governo FHC, prescindindo de mobilizações e greves, atado à imediaticidade; e nos anos 2000, nos governos do PT, o sindicalismo vigoroso de outrora da CUT, se configurou em correia de transmissão do governo abrindo mão de sua autonomia e independência de classe, em um apassivamento. Em junho de 2013 se desencadeia um grande processo de mobilização de lutas nas ruas que se iniciou com o movimento dos estudantes pelo passe-livre no transporte em São Paulo, que se espalhou para os grandes centros urbanos do país, com a participação de milhares de jovens empobrecidos das periferias que reivindicavam educação, trabalho, habitação, transporte em oposição as medidas de ajuste do governo Dilma. Mediante o desgaste do governo da presidente do PT, a direita que já desde 2015 planejava um golpe, aproveitou a insatisfação popular para *arquitetá-lo* em uma desenfreada propagação antipetista, capitaneando parte dos insurgentes para o apoio ao golpe, por meio dos representantes liberais nas ruas-Movimento Brasil Livre-MBL e Vem Pró Rua, acrescidos do fato de que a esquerda não conseguiu ser e se fazer direção do movimento de 2013.

Em 2016 ocorre um golpe de direita, parlamentar, também midiático, em consonância com os banqueiros, com a FIESP, sob a égide do imperialismo estadunidense, pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, sem crime de responsabilidade. A direita queria mais celeridade nas medidas de destruição dos direitos dos trabalhadores, fruto de suas conquistas históricas; portanto a política de conciliação de classes, do PT não mais interessava ao capital, apesar das medidas de ajuste fiscal e quebra de direitos realizados no governo de Dilma Rousseff. Assume o vice-presidente Michel Temer, do PMDB que juntamente com o PSDB e outros partidos de direita, também arquitetaram o golpe que a seguir desencadeou um processo avançado de contrarreforma trabalhista, com o trabalho intermitente, a terceirização irrestrita das atividades meio e fim e a contrarreforma previdenciária, ambas ainda mais duras que as anteriores acrescido da criminalização dos movimentos sociais, na ampliação da militarização da vida, com genocídios frequentes da população jovem e negra das periferias e morros das grandes cidades. Os setores sociais sociais oprimidos lutaram contra o Golpe porém, apesar das mobilizações de rua, a ilusão de que o parlamento majoritariamente reacionário barrasse via institucional o Golpe, em uma ilusão politicista dos setores hegemônicos dos movimentos sociais, não impulsionou

uma Greve Geral autônoma da classe trabalhadora que pusesse fim ao processo golpista, consagra-se o impeachment.

No ano de 2018 é eleito presidente do país, via Estado democrático de direito, o capitão reformado do exército, Jair Bolsonaro, que é expressão de um proto-fascismo de extrema direita que vem de forma avassaladora destruindo direitos dos trabalhadores historicamente conquistados por meio de contrarreformas, medidas provisórias e decretos em um processo de degeneração da sociabilidade humana. Se instaurou o obscurantismo, com o seu desgoverno, que além de entregar o país ao imperialismo estadunidense, aprovou a contrarreforma demolidora da previdência social; ampliou a destruição das relações de trabalho; e a cada dia uma nova medida de desmonte da nação se evidencia, nos planos econômico, político, social, cultural, ideológico. Em um sistema repressivo, miliciano, de retrocesso civilizatório, pautado em uma ideologia racista, homofóbica, militarizada. Nesse sentido surge a necessidade de uma frente única classista, autônoma, independente, articulada com todos e todas aqueles(as) trabalhadores(as), inseridos(as) ou não no mercado de trabalho, que tem cada vez mais sua situação de classe explorada e oprimida e que busquem derrotar o governo Bolsonaro. Foram extremamente importantes as mobilizações e greves da Educação e geral ocorridas em 15/05, 30/05 e 15/06 de 2019, mas ainda insuficientes, posto que o recrudescimento se torna a cada dia mais violento e demolidor. É necessário que os setores combativos de lutas abandonem o politicismo de se voltar somente para as eleições de 2020 e 2022 e se coloquem em luta, tomando as ruas e construindo uma Greve Geral por tempo indeterminado que possa barrar esse desgoverno reacionário.

Comissão Editorial Temporalis: Os movimentos sociais se expressam de formas extremamente heterogêneas. Como você analisa essa configuração no contexto do serviço social brasileiro?

Profa. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides: O Serviço Social Brasileiro a partir de 1979, coletivamente, imprimiu a direção social da profissão, voltada aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, voltando sua práxis profissional para a conquista e ampliação de direitos sociais. Desde os anos 90, em todos os CBAS e fóruns das entidades da categoria, respectivamente o conjunto CFESS/ CRESS, ABEPSS e ENESSO tem se posicionado contra o neoliberalismo. A direção social dos anos 80 se consolidou, nos anos 90, pelo Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro (PEP), como é por todas(os) nós conhecido e que ganha materialidade na Nova Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, no Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996. O PEP é conquista hegemônica na profissão, fruto de organização coletiva da categoria, por meio de nossas entidades, que rompe com o conservadorismo. Isto não significa dizer que o neoconservadorismo que se imprime na sociedade não se expresse na profissão. Ao contrário, mesmo que residual, minoritário, tem se apresentado em pronunciamentos públicos, aos quais temos combatido com nossa práxis contínua.

Nessa direção o Serviço Social brasileiro no âmbito da formação, do exercício profissional, da investigação e produção do conhecimento tem sido referência em um projeto de profissão antenado às demandas, requisições e desafios apresentados pela conjuntura em que vários projetos societários se encontram em disputa, e, há 40 anos, desde o Congresso da Virada, o Serviço Social brasileiro tem se firmado cotidianamente com seu referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo nos espaços sócio-ocupacionais em que atua na

defesa intransigente dos direitos sociais, portanto articulado às lutas e movimentos sociais progressivos.

Esses movimentos sociais se expressam de inúmeras formas: na esfera da produção(sindicais) e na esfera da reprodução, voltados à defesa dos direitos e políticas sociais: habitação, saúde, moradia-favela, cortiços, loteamentos clandestinos, transporte, educação, cultura, movimento estudantil; movimentos rurais: movimentos de trabalhadores sem terras, quilombolas, população ribeirinha; bem como contra as opressões e manifestações culturais: movimentos específicos de mulheres, movimento negro, movimento indígena, feministas, LGBTQIA+, população em situação de rua, de sexualidade e livre orientação sexual, movimento de pixadores e grafiteiros, hip-hop, funk entre outros. Portanto todos os movimentos sociais de luta contra a exploração econômica, opressão de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade, na conquista de direitos em todas as esferas são expressões do movimento da realidade que buscam caminhos e alternativas de resistência, lutas e conquistas mediante a situação de exploração econômica e dominação e opressão social. Muitas vezes se configuram em movimentos difusos, temporários, imediatos, outros mais duradouros, orgânicos; porém todas as formas de luta e resistência coletivas, de insurgências, de organização, progressistas, devem ser reconhecidas, articuladas, estudadas, apoiadas pelos profissionais nas várias dimensões do trabalho profissional. A perspectiva da totalidade da vida social nos auxilia a articular singularidade, particularidade e universalidade o que significa compreender as relações sociais de produção e reprodução, aí apreendidas as particularidades de opressão das relações étnico-raciais, de gênero, de sexualidade no âmbito das relações de classe no modo de produção capitalista em suas inflexões estruturais e conjunturais, na direção da genericidade humana.

Comissão Editorial Temporalis: Como articular o *lugar de fala* sem prejuízo da luta pela universalidade da igualdade social?

Profa. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides: O *lugar de fala* tem sido polemizado, debatido por várias correntes teórico-metodológicas, não raras vezes pouco explicitadas ou encobertas em conceitos imprecisos com visões distintas e muitas vezes opostas. A origem do *lugar de fala* não é precisa, em geral costuma-se identificar sua gênese no debate feminista estadunidense dos anos 80. No Brasil, ele foi incorporado por movimentos de trabalhadores, em uma dimensão não somente racial, mas periférica, em que a experiência de se fazer ouvir se expande com autenticidade e veracidade, porém muitas vezes sem uma relação entre o *lugar de fala* e a luta coletiva que potencialize a consciência classista. Assim por muitas vezes a ideia de *vivência* e *lugar de fala* são identificados com a tradição do idealismo subjetivista se tomadas suas expressões fenomênicas, aparentes, atadas à imediaticidade, desvinculadas da unidade teoria e prática que conformam a práxis humana. O conhecimento começa na experiência, mas não acaba nela, portanto há a necessidade de passar do grau de conhecimento sensível ao racional, que se constitui na dialética do conhecimento, unidade do diverso.

Diria que esse é um desafio do campo de esquerda, ou seja, o de reconhecer as experiências potentes como aliadas do processo histórico de ruptura com a ordem do capital, em que se apreende o conhecimento racional pela elevação deste através das experiências; portanto o conhecimento racional não pode existir sem o conhecimento sensível, em uma dialeticidade histórica. Um dos equívocos ainda é o de confundir o *lugar de fala* com representatividade, ou de o localizar no debate meramente identitário, existencialista, desvinculado das relações de classe na estrutura da sociedade capitalista de exploração e opressão, onde a desigualdade econômica,

social, política e cultural lhe é constitutiva. Certamente uma mulher negra heterossexual não pode representar uma mulher transsexual, mas pode se posicionar sobre a LGBTQIA+fobia, como vê o mundo em uma direção ético-política relacionada à luta antirracista contra a discriminação e pela livre orientação sexual; um intelectual não pode representar a classe operária em seu protagonismo na luta de classes, porém pode assumir uma visão de mundo e uma consciência política e social de reconhecimento do proletariado como força propulsora de um processo revolucionário por produzir valor e mais-valia, portanto mercadoria, no antagonismo de classe na relação capital-trabalho.

O *lugar de fala* é um enunciado a ser tratado com cuidado posto que desvinculado das condições objetivas e subjetivas da vida social, pode cair em uma abstração caótica, apartada da base material, da produção da vida social, fracionando a objetividade da subjetividade quando essas compõem uma unidade indissolúvel. O *lugar de fala* pode ser apropriado e assimilado por adversários reacionários; um exemplo recente paradigmático, amplamente citado, é o de Fernando Holyday, um dos coordenadores do Movimento Brasil Livre (MBL) que impulsionou a mobilização em 2015 pelo *impeachment* da presidente Dilma, o vereador paulistano mais jovem eleito em 2016, político liberal do DEM, negro, gay, periférico, que tem se colocado a serviço dos setores mais reacionários se utilizando de seu lugar social para difundir a ideologia da classe dominante, burguesa, elitista, de preservação do sistema capitalista destrutivo da sociabilidade humana. Bem como o empenho de um setor do movimento negro ao apoiar pela razão identitária, o candidato Celso Pitta, eleito prefeito na cidade de São Paulo, em 1997, por ser negro, porém de direita, que teve como padrinho político o prefeito biônico Paulo Maluf do período da ditadura militar.

Todavia, o *lugar de fala* como conhecimento prático, em que os setores oprimidos tenham uma participação ativa e efetiva sobre sua condição, situação e posição de classe, nas experiências vividas de exploração, opressão, espoliação, dominação e preconceito de classe, raça, gênero, etnia, geracional e de orientação sexual, pode se constituir em um instrumento valioso no processo de transformação social. Se apreendermos *como lugar de fala* o conjunto de expressões, manifestações, reconhecimento dos sujeitos sociais de classe: a) em suas particularidades étnico-raciais, inerentes ao racismo estrutural, advindos de uma sociedade escravocrata; b) na opressão sobre as mulheres originária da sociedade patriarcal, aprofundada na sociedade capitalista; c) no estigma e a violência contra o segmento LGBTQIA+ e o reconhecimento de sua livre orientação sexual, teremos a possibilidade de nos articular com as várias e cruéis formas de opressão, originárias das diversas lutas singulares, necessárias e procedentes, com a luta por igualdade e liberdade. A prática social na esfera das relações sociais, raciais e sexuais inseridas na divisão sócio-técnica do trabalho, aliadas às lutas imediatas realizadas na cotidianidade, são fundamentais no processo das lutas sociais, uma vez que a luta contra as opressões deve se dar concomitantemente com as lutas contra a exploração capitalista; pelo fim da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais. O fim de todas as formas de racismo, preconceito e discriminação de gênero, raça-etnia, geracional e orientação sexual, indica a possibilidade histórica de uma sociabilidade emancipada, comum a todos os indivíduos sociais livremente associados.